

Leituras do historicismo antes e depois do Holocausto: Rüsen e Benjamin

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva
Universidade Federal de Goiás
E-mail: duarte@fchf.ufg.br

RESUMO

Trata-se de caracterizar duas visões sobre o historicismo, a partir do ponto de vista anterior e posterior ao Holocausto, e suas respectivas posições dentro do âmbito de atualização do historicismo.

PALAVRAS-CHAVE: Historicismo; Rüsen; Benjamin.

ABSTRACT

Treat-it of characterize two prospects about historicism, from of point of wiew before and after to holocaust, and ist perspectivs within the scope of updating historicism.

KEYWORDS: Historicism; Rüsen; Benjamin.

São três os pressupostos do historicismo: em primeiro lugar, a afirmação da História como realidade imanente (uma ontologia realista da qual deriva uma teoria da verdade como correspondência e o entendimento do processo histórico como realidade estruturada e dependente de uma concepção de tempo linear, segundo uma direção ou sentido racional). Em segundo lugar, a aceitação da premissa da conhecibilidade desta realidade, sustentada pela racionalidade dos fenômenos culturais, de sua tendência imanente ao progresso, aperfeiçoamento ou aprendizado, característicos da espécie humana. Em terceiro lugar, a aceitação da historicidade como marca do mundo dos homens (a consciência histórica

iluminista, e o historicismo é um desdobramento do iluminismo, é produtora e produto de uma concepção da especificidade e autonomia da experiência humana).

Da relação destes pressupostos com a filosofia da história que os sustenta, da atualidade dela no que diz respeito à história, considerada como corpo disciplinar ou forma do pensamento moderna do pensamento histórico é que trata este texto. A estratégia de composição do texto é a da consideração e crítica das leituras produzidas por dois expoentes das ciências da cultura neste século (Benjamin e Rüsen) sobre o historicismo. A tática de exposição é a redução: apropriada para as ocasiões nas quais um aluno tenta estabelecer diálogo com seus mestres e tem o objetivo de contornar a pretensão dos neófitos (causada por ingenuidade ou má fé) de solucionar definitivamente questões já tantas vezes debatidas.

Início com duas citações (com o objetivo de expor os limites da questão).
Primeiro, Nietzsche:

"...nas menores como nas maiores felicidades é sempre o mesmo aquilo que faz da felicidade, sentir a-historicamente. Quem não se instala no limiar do instante, esquecendo todos os passados, quem não é capaz de manter-se sobre um ponto como uma deusa de vitória, sem vertigem e medo, nunca saberá o que é felicidade e, pior ainda, nunca fará algo que torne outros felizes." (Nietzsche, 1983, p. 58)

Agora, Croce:

"Historicismo (a ciência da história) na acepção científica do termo, é a afirmação de que a vida e a realidade são história e nada mais que história. Correlativa desta afirmação é a negação da teoria que considera a realidade dividida em super-história e história, em um mundo de idéias ou de valores, e um baixo mundo que os reflete, ou os refletiu até aqui, de modo fugaz e imperfeito, ao que será conveniente ultrapassar de uma vez, fazendo com que à história imperfeita ou à história simplesmente suceda uma realidade racional e perfeita." (Croce, 1992, p. 53)

À denúncia do felisteísmo estéril e paralisante contrapõe-se a identificação da filosofia com a história. Duas soluções enganosas: pela via da eliminação da tensão entre realidade e representação inflaciona-se o sujeito (ênfatizando suas estratégias e interesses de significação) ou o objeto (hipostasiando-se a própria idéia de história).

A minha hipótese é a de que Benjamin e Rüsen são exemplos de reação às tendências extremistas do historicismo. O primeiro reage à substancialização determinista da idéia de história e o segundo ao reducionismo esteticista das correntes atuais do pós-modernismo. Tais posições encontram sua atualidade no esforço de fundamentação e sistematização que marca o projeto das ciências da cultura.

Benjamin parte da seguinte pergunta: como se poderá ligar o acontecido com o presente? Nas " Teses sobre a filosofia da história" , o presente deve assumir sua carência e reconhecer no passado a mesma condição. Existe um acordo secreto entre todas as gerações. Aqueles que vivem no presente foram esperados pelos homens do passado. A felicidade, uma sua imagem, é o que os unifica. A existência de todos eles (os homens) está marcada por essa busca. Só a partir de coisas como o ar que respiramos e as mulheres que podiam Ter se entregado a nós (tese 2) é que poderemos perceber a idéia de felicidade como salvação. O anão (teologia como "apokatástase" , salvação de todas as coisas) ajuda o boneco (o materialismo histórico de Benjamin) a vencer. Assumir todo o passado não distinguindo entre pequenos e grandes acontecimentos. Premido pelo desejo de denúncia da simultaneidade ideal (o conjunto dos fatos do passado) que retira à relação do presente com o futuro toda e qualquer relevância para compreender o passado. Benjamin dirige-se contra o social-evolucionismo da concepção histórico materialista da história: o conceito de progresso inexorável é dependente de um conceito de tempo homogêneo e vazio.

Uma história dos detritos (o que foi abandonado) e dos detalhes (o que é tão próximo que é esquecido). Enxergar a história como luta classes, para Benjamin, é não permitir que o vencedor se instale completamente (tese 6). Uma história dos detritos (o que foi abandonado) e dos detalhes (o que é tão próximo que é esquecido). Afinidade metodológica insuspeita com o historicismo. Basta lembrar as "delicadas indicações" e os "enredos e renovadas inflexões dos processos" (Meinecke, 1943, p. 499) que expressam a precisão e agudeza de observação de Ranke: o historiador que melhor expressou o projeto que dirige o pensamento histórico moderno. A crítica do moralismo anacronista, através de

uma concepção ética da tarefa do historiador como portador do “espírito livre” e que procede com “simpatia universal” e se submete apenas ao tribunal superior da “ história do mundo”. O historiador contribui para o ideal (oriundo do domínio do pensamento) de que é justo e certo que todas as barreiras sejam varridas.

Sempre houve lutas e existem lembranças destas lutas. Lembranças análogas às que nos ocorrem nos instantes de perigo (nos quais os aspectos mais contundentes de nossa vida são repassados). Se não forem reconhecidas e recolhidas se perderão para sempre. Com elas irá aquilo que as sustentava como ações no passado: a esperança. A proposta procedural da construção de imagens dialéticas responde à demanda de história como síntese das dimensões (passado, presente e futuro) do tempo. A imagem possui a forma de uma constelação. A unidade cujo sentido é dado pela descontinuidade. O todo que só pode ser lido construtivamente. A unidade de passado, o momento-imagem, é escrita que exige leitura. Tornar legível uma época é pura crítica interiorizada nesse tempo (aqui mais um índice da herança hermenêutica de Benjamin). Cada momento passado possui seu agora capaz de reconhecê-lo. Acontece que se não houver atenção e disposição isso será perdido e a verdade não romperá essa prisão, o agora da reconhecibilidade. Benjamin é devedor do ideal de verdade histórica. Para precisá-lo recorro a Cassirer:

“...a história busca um 'antropofornismo objetivo'. Dando-nos a conhecer o polimorfismo da existência humana, ela nos liberta das aberrações e preconceitos de um momento especial e singular. É esse enriquecimento do eu, do nosso ego que conhece e sente, e não o seu apagamento, que é a meta do conhecimento histórico”. (Cassirer, 1994. p.3)

O agora da reconhecibilidade é o momento em que aquilo que foi (por exemplo, a escrita) se encontra com o agora (a leitura). Esse momento é perigoso porque exige crítica (comentário) que se mal feita, coloca a perder todo o empreendimento iniciado na escrita. A história é interpretação e como tal, depende do instantâneo da decifração. A modernidade é o tempo que tornou possível este tipo de leitura. Só o “angelus novus” possui o olhar capaz de perceber a catástrofe (os eventos). Os bens culturais são escombros: ruínas do esforço dos gênios e da corvéia anônima dos seus contemporâneos (tese 7). Esse olhar é o olhar de uma nova percepção: a percepção do choque. As imagens em movimento constante

substituem o pensamento e impõem uma atenção redobrada, sensibilizada pelo trauma. O padrão moderno da percepção é resultado da adequação e exercício de um tipo de visão do fugidio, do disperso, do excêntrico. A contemplação não é mais possível no tempo da reprodutibilidade técnica. A decadência da aura (aura existe quando há distância ritual que concede capacidade de réplica do olhar às coisas sagradas) é o correlato da distração (evento marcante da forma da obra de arte contemporânea por excelência, o cinema). Adaptada a percepção o presente pode ser palco de uma reauratização profana (ou teórica). As coisas podem ser de novo capazes de responder ao olhar: a inacessibilidade (as imagens de culto estão essencialmente distanciadas) é substituída pela contemplação teórica, o mais próximo torna-se passível de teoria. Análise dos espaços imagéticos e procedimentos cujo modelo são a técnica cinematográfica e a leitura (colagem, montagem, câmera lenta, congelamento, aproximação, distanciamento, cortes, truques, efeitos, tomadas interiores, avanço, retorno, apressamento, alegoria, cópia, choque). Análise e comentário: o universal no particular. Objetos naturalizados levados ao discurso por meio da interpretação crítica. O mundo como texto e o texto do mundo nos seus índices e ruínas.

Para Benjamin, a escrita é trabalho que incorpora valor a seu objeto. O relampaguear do pensamento, o intervalo da reflexão esta distanciado da forma escrita da expressão: "conhecimento só há apenas em um relâmpago. O texto é um trovão que demoradamente se dá". O trabalho da escrita tem de caracterizar e preservar a parte essencial da reflexão: só ela nos possibilita abandonar os hábitos de pensamento do positivismo e suas marcas indelévels, a ideologia do progresso, a confiança nas massas e a submissão à aparelhos (tese 10). Mas é nos momentos em que enrola-se nas malhas do profano (o abandono da curiosidade sem medo da magia, a base da ciência) que a razão mais ilusoriamente se enfraquece. Ao invés de "tornar transitáveis todos os terrenos, limpando-os dos arbustos da demência e do mito", ela se perde no auto-elogio. Em uma carta escrita a Horkheimer, escrita em fevereiro de 1940, Benjamin refere-se às suas teses sobre a filosofia da história e a intenção, nelas embutida de estabelecer uma cisão irremediável entre nossa maneira de ver e as sobrevivências do positivismo que, na minha opinião, demarcam tão profundamente mesmo aqueles conceitos de história que, eles

mesmos, nos são mais próximos e familiares” 1982:1181). Não se pode passar despercebido, o positivismo vive em nós, aqueles que se proclamam seus inimigos. As leis da experiência foram alteradas na época da decadência da aura (seu critério é a dispersão e não o recolhimento). Observação casual, envolvida no ritmo da massa e absorvida em seu fluxo (ao contrário da atenção concentrada) Recepção tátil e hábito versus contemplação. Para Benjamin, um princípio construtivo deve interferir no fluxo infernal e conscientemente transmitir-lhe aquilo que o pensamento já possui: choque. Dessa forma, uma determinada constelação pode ser apreendida como mônada. Benjamin adapta o conceito de Leibnitz: de unidade de natureza transforma-se em unidade de história. Passado como mônada é sinal de imobilização messiânica dos acontecimentos. Oportunidade de concretizar como leitura o agora da reconhecibilidade, libertando o passado recalçado e o próprio leitor.

Benjamin pode ser lido não só como filósofo da história, mas também como um seu teórico. Além de um esforço por evidenciar os aspectos éticos (a função terapêutica da memória), produziu uma teoria da escrita da história (seu modelo é a constelação), uma metodologia (imersão no objeto ou a hermenêutica dos espaços imagéticos), uma teoria (construtividade alegórica assumidamente arbitrária) e uma epistemologia (a recusa do positivismo). Esse projeto de sistematização dos elementos e critérios a partir dos quais um conhecimento válido sobre o passado pode ser produzido, encontramos também na obra de Jörn Rüsen.

Para Rüsen, o historicismo constitui-se em matriz disciplinar do estudo do passado enquanto atividade científica. Distingue-se pela reivindicação de uma forma da interpretação específica para o tratamento dos fenômenos culturais. Seu fundamento é a defesa da aliança entre os métodos analítico e compreensivo: a interpretação do sentido da ação é possibilitada pela reconstituição das conexões racionalmente compreensíveis da motivação. A produção de um método crítico de pesquisa das fontes (heurística, crítica e hermenêutica) é a primeira forma de expressão tanto da modernização do pensamento histórico (através de sua disciplinarização) quanto do aparecimento de um renovado conceito de cultura. Á

noção de patrimônio cultivado e acessível, condição de exercício da humanidade, junta-se a noção de que esta expressa-se através de múltiplas e infinitas manifestações, cada uma constituindo-se em especificidade irreduzível. A abordagem centrada no tema disciplinar tem, para Rüsen, o sentido de reconstruir as condições da racionalização do pensamento histórico. A teoria da história tem como principal objetivo a fundamentação teórico-metodológica disciplinar.

O projeto de Rüsen é produzir uma história das práticas do estudo do passado, dos sistemas filosóficos de seu entendimento e dos métodos de tratamento de seus índices. Isso é feito de um ponto de vista que encara a história como uma das ciências da cultura, dirigida então, pela reflexão sobre seus fundamentos e funções. É esse o sentido profundo de uma nova didática da história, entendida como disciplina científica que investiga, a partir de interesses práticos na objetividade, possibilidade e necessidade de processos de aprendizado, entendidos como formativos e auto-formativos e ocorrendo na e através da história. São suas as tarefas de pesquisa (descritivo-empírica) e regulamentação (didático-normativa) da consciência histórica, pensada como fator essencial da auto-identidade humana e pressuposto necessário de uma práxis social verdadeira (Bergman, 1985: 207). Essa abordagem possui claras conseqüências políticas (a história assume papel central na produção do sujeito da modernidade quando a consciência histórica é reconhecida como a marca do desencantamento), éticas (a afirmação da especificidade e da diferença encontram apoio na idéia de continuidade formativa e identificativa) e teóricas (reforço do projeto kantiano de fundamentação do conhecimento a partir do esclarecimento das suas condições).

A primeira conseqüência desta história da ciência da história produzida por Rüsen é mostrar que mesmo tendo os historiadores avançado sobre as disciplinas vizinhas (em busca de conceitos) tal movimento apenas compensa uma antiga dívida de método. Noções como as de compreensão e interesse individualizador ou idiográfico representam um dos limites dentro do quais o projeto das ciências da cultura está sendo implementado. A proximidade com a coisa (como desvendamento do acontecimento, matéria prima do problema ou controle empírico contra monismos e determinismos) é o pressuposto de uma abordagem comparativa, tipológica e compreensiva. A história do historicismo de Rüsen

mostrou que a concepção de que as ações e as paixões humanas passadas devem ser apresentadas como formação cultural contínua da espécie humana tal concepção deve manter sua ligação com o presente (seu desenvolvimento ou desdobramento) e com o futuro (assumindo sua dimensão prática: a idéia de abertura e construtividade do futuro).

A novidade da matriz de análise historiográfica produzida por Rüsen é tripla. Em primeiro lugar, a proposição do caráter ambíguo da herança da cultura ocidental. Incorpora-se a genealogia desmascaradora da consciência histórica produzida pelos pós estruturalistas mas critica sua tendência radicalizadora. Consciência histórica é apenas possibilidade: não é um dado é uma conquista. Seu momento é criado pelo processo de a autonomização das esferas de valor. O mesmo que criou a ameaça de perda de sentido pela supervalorização do espaço da instrumentalidade sistêmica, destruidor da reflexão e decisão sobre fins. Há aqui uma teoria da modernidade como desafio. Através da reconstituição de seus fundamentos (mas aberta à reflexão sobre o que lhe foi emprestado), a história poderá avançar no esforço de discussão empiricamente controlada das interpretações conceitualmente guiadas da experiência humana. O historicismo é referência histórica e teórica obrigatória na reconstituição do processo de intelectualização que produziu a forma de conhecimento válido do nosso tempo. Além de renovar essa tradição oferecendo parâmetros alternativos para o estudo das coisas humanas. De maneira que a defesa da racionalidade das regras de pesquisa (o método histórico) e de construção hipotética (produzida pela agilidade e rigor no trabalho de articulação conceitual) não se enxergue como suficiente. Ela necessita ser ampliada na direção das técnicas retóricas, literárias, narrativas, numa palavra, poéticas, presentes na historiografia. Não pode também esquecer os aspectos éticos (a função do pensamento histórico) e epistemológicos (a defesa da especificidade metodológica, advinda da diferença essencial de objeto, das ciências da cultura). Esta preocupação sistematizadora é a segunda inovação da abordagem de Rüsen.

Fazer filosofia da história hoje, para Rüsen, é produzir esclarecimento (através de um esforço de fundamentação) sobre as várias dimensões do pensamento histórico moderno (para isso serve a defesa da herança disciplinar).

Isto implica a defesa da utopia. A marca das filosofias da história pode ser recuperada em um outro sentido. As utopias pressupõem a irrealidade das atuais condições de ação como condições para que seus esboços de uma ordem necessária da vida humana (é por isso que caracterizam-se por localizar um sentido para a história) possa ter grandeza eficaz no quadro de orientação da praxis atual. A plausibilidade das utopias, afirma Rüsén, advém de suas noções e medos exaltados sobre o que deve ou pode ser. Falam de seu tratamento (apaziguamento ou libertação) mas para tal necessitam empobrecer (e aí reside o perigo totalitário) ou enriquecer a realidade. A anulação da experiência possui, no entanto uma face positiva: cria uma instância de comparação (a experiência enriquecida), estimula o desenvolvimento. A utopia orienta as noções da existência humana e de seu mundo para além do que empiricamente é o caso. A consciência utópica precisa ser criticada. No caso do pós-estruturalismo: a redescoberta de que todo produto de cultura pode ser visto como discurso social e de que todo fenômeno social é um processo de produção de sentido, relacionado à outros processos e seus usuários não anula o princípio hermenêutico de que não existe um lugar a partir do qual se possa desvendar todas as estratégias da interpretação. A interpretação da interpretação também se produz contextualmente: o círculo hermenêutico é irrecusável. Exatamente porque tem uma função indispensável na articulação consciente das noções condutoras de ação sobre as relações humanas desejáveis é que a utopia da perfeição interpretativa tem lugar. Mas ela deve ser temperada com o reforço do projeto de reflexão sobre as categorias que dirigem a produção do conhecimento (este é o sentido do projeto de fundamentação das ciências da cultura) e a infinita análise (produtora de interpretações que, explicitando seus critérios, tornem-se mais que verossímeis, partilháveis) de tais contextos de produção.

A existência dos discursos sociais não anula a existência de contextos de comunicação. Parece-me que Benjamin e Rüsén tem muito com que contribuir para um balanço da herança e atualidade do tratamento científico da experiência humana e sobre os variados sentidos que a experiência desse projeto (especialmente em suas dimensões ética e didática) produziu.

A matriz do conhecimento histórico aplicada como modelo de análise historiográfica no texto que se segue é um exemplo do que podemos produzir com uma abordagem sistemática dos produtos historiográficos. A obra de Palacin é referência para a historiografia goiana e ainda terá seu valor reconhecido fora dos limites do estado. A dimensão ética não exclui o cuidado metodológico. O refinamento teórico exige a reflexão sobre os fundamentos e estratégias: texto envolvente, cruzamento de referências e rigor na construção dos objetos são exigências complementares do trabalho do historiador. Com Palacin aprendemos a fazer história em Goiás, com Rüsen entendemos que essa atividade tem que satisfazer as mesmas exigências que são a ela dirigidas em qualquer outro lugar.

Referências bibliográficas

Nietzsche, F. Considerações extemporâneas. In Os pensadores. São Paulo: Abril, 1983, p. 58.

Croce, B. La historia como hazaña de la libertad. México: FCE, 1992, p. 53.

Meinecke, F. El historicismo y su g nesis. México: FCE, 1943, p. 499.

Cassirer, E. Ensaio sobre o homem. São Paulo: Martins Fontes, 1994. P.3